UF: Estado do Rio Grande do Sul BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período: Exercício de 2016

Unidade Gestora: 0000 - PREFEITURA MUNICIPAL

	Previsão	Previsão	Receitas	Saldo	
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Inicial	Atualizada	Realizadas		
	(a)	(b)	(c)	(d) = (c-b)	
RECEITAS CORRENTES (I)	12.479.503,11	12.479.503,11	12.068.941,24	(410.561,87)	
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.068.880,00	1.068.880,00	1.052.382,18	(16.497,82)	
IMPOSTOS	1.015.280,00	1.015.280,00	1.005.814,65	(9.465,35)	
TAXAS	53.600,00	53.600,00	46.567,53	(7.032,47)	
RECEITA DE CONTRIBUICÕES	80.000,00	80.000,00	67.628,21	(12.371,79)	
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINA	80.000,00	80.000,00	67.628,21	(12.371,79)	
RECEITA PATRIMONIAL	46.450,00	46.450,00	118.259,12	71.809,12	
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	46.450,00	46.450,00	40.166,00	(6.284,00)	
RECEITA DA CESSÃO DE DIREITOS	-		78.093,12	78.093,12	
RECEITA DE SERVIÇOS	270.400,00	270.400,00	207.950,24	(62.449,76)	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.850.773,11	10.850.773,11	10.470.777,11	(379.996,00)	
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.434.300,00	10.434.300,00	10.219.919,69	(214.380,31)	
TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	21.000,00	21.000,00	10.000,00	(11.000,00)	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	395.473,11	395.473,11	240.857,42	(154.615,69)	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	163.000,00	163.000,00	151.944,38	(11.055,62)	
MULTAS E JUROS DE MORA	50.000,00	50.000,00	19.013,98	(30.986,02)	
INDENIZACÕES E RESTITUICÕES	7.200,00	7.200,00	64.313,29	57.113,29	
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	77.700,00	77.700,00	42.455,61	(35.244,39)	
RECEITAS DIVERSAS	28.100,00	28.100,00	26.161,50	(1.938,50)	
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.664.480,00	2.664.480,00	691.533,21	(1.972.946,79)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	700.000,00	700.000,00	494.822,71	(205.177,29)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	700.000,00	700.000,00	494.822,71	(205.177,29)	
ALIENAÇÃO DE BENS	120.000,00	120.000,00		(120.000,00)	
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	110.000,00	110.000,00	-	(110.000,00)	
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	10.000,00	10.000,00		(10.000,00)	
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	1.000,00	1.000,00	-	(1.000,00)	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.833.480,00	1.833.480,00	195.771,46	(1.637.708,54)	

UF: Estado do Rio Grande do Sul BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período: Exercício de 2016

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
	(a)	(b)	(c)	(d) = (c-b)
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.833.480,00	1.833.480,00	195.771,46	(1.637.708,54)
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	10.000,00	10.000,00	939,04	(9.060,96)
OUTRAS RECEITAS	10.000,00	10.000,00	939,04	(9.060,96)
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	15.143.983,11	15.143.983,11	12.760.474,45	(2.383.508,66)
Operações de Crédito / Refinanciamento (V)	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual		-		-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária		-		-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	15.143.983,11	15.143.983,11	12.760.474,45	(2.383.508,66)
Déficit (VII)	-	-	-	-
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	15.143.983,11	15.143.983,11	12.760.474,45	(2.383.508,66)
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	219.834,37	219.834,37
(Utilizados Para Créditos Adicionais)				
Superávit Financeiro	-	-	219.834,37	219.834,37
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

UF: Estado do Rio Grande do Sul BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período: Exercício de 2016

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	11.625.182,56	12.042.686,88	11.335.275,51	11.335.275,51	10.508.148,46	707.411,37
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.984.462,25	6.034.960,04	5.966.368,47	5.966.368,47	5.893.007,71	68.591,57
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	21.489,32	21.489,32	21.489,19	21.489,19	21.489,19	0,13
APLICAÇÕES DIRETAS	5.962.972,93	6.013.470,72	5.944.879,28	5.944.879,28	5.871.518,52	68.591,44
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	80.100,00	25.800,00	25.697,67	25.697,67	25.697,67	102,33
APLICAÇÕES DIRETAS	80.100,00	25.800,00	25.697,67	25.697,67	25.697,67	102,33
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.560.620,31	5.981.926,84	5.343.209,37	5.343.209,37	4.589.443,08	638.717,47
TRANSFERÊNCIAS A UNIÃO	1.000,00	-	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEI	43.300,00	50.800,00	49.048,87	49.048,87	39.293,03	1.751,13
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEI	4.600,00	2.100,00	-	-	-	2.100,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERN	100,00	100,00	-		-	100,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	15.364,93	15.764,93	15.668,40	15.668,40	15.668,40	96,53
APLICAÇÕES DIRETAS	5.466.155,38	5.902.061,91	5.272.066,64	5.272.066,64	4.534.481,65	629.995,27
APLIC. DIR. DEC. DE OP. O., F. ENT. INT. OFSS C/E	30.100,00	11.100,00	6.425,46	6.425,46	-	4.674,54
DESPESAS DE CAPITAL (X)	2.759.250,55	2.814.082,36	841.753,88	841.753,88	779.984,96	1.972.328,48
INVESTIMENTOS	2.733.650,55	2.810.482,36	841.753,88	841.753,88	779.984,96	1.968.728,48
TRANSFERÊNCIAS A UNIAO	1.000,00	-	-	-		-
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E DISTRITO FEDER	1.000,00	-	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEI	3.100,00	1.600,00	-	-		1.600,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	770,55	770,55	720,00	720,00	720,00	50,55
APLICAÇÕES DIRETAS	2.727.780,00	2.808.111,81	841.033,88	841.033,88	779.264,96	1.967.077,93
INVERSÕES FINANCEIRAS	5.500,00	3.500,00	-	-	-	3.500,00
APLICAÇÕES DIRETAS	5.500,00	3.500,00	-		-	3.500,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	20.100,00	100,00	-	-	-	100,00
APLICAÇÕES DIRETAS	20.100,00	100,00	-			100,00
Reserva de Contingência (XI)	140.000,00	500,00	-	-	-	500,00
Reserva do RPPS (XII)	-	-	-	-	-	-

UF: Estado do Rio Grande do Sul BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período: Exercício de 2016

SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	14.524.433,11	14.857.269,24	12.177.029,39	12.177.029,39	11.288.133,42	2.680.239,85
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XIV)			-			-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-		-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-			
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	14.524.433,11	14.857.269,24	12.177.029,39	12.177.029,39	11.288.133,42	2.680.239,85
Superávit (XVI)			583.445,06			
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	14.524.433,11	14.857.269,24	12.760.474,45	12.177.029,39	11.288.133,42	2.680.239,85

Página: 5 de 6 Município: Sao Joao do Polesine

UF: Estado do Rio Grande do Sul BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

QUADRO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Período: Exercício de 2016

Despesas Correntes (I)

Despesas de Capital (II) Investimentos Inversões Financeiras Amortização da Dívida

TOTAL (III) = (I + II)

Inscritos Liquidados RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS Em 31 de Pagos Cancelados Saldo Em Exercícios Anteriores Dezembro de 2015 (f) = (a+b-d-e)(a) (c) (e) Pessoal e Encargos Sociais Juros e Encargos da Dívida Outras Despesas Correntes

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS							
	Insc	ritos					
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E	Em Exercícios	Em 31 de	Pagos	Cancelados	Saldo		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	Anteriores	Dezembro de 2015					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(f) = (a+b-c-d)		
Despesas Correntes (I)	31.238,00	536.959,92	468.248,88	-	99.949,04		
Pessoal e Encargos Sociais	-	60.493,44	60.493,44	-	-		
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-		
Outras Despesas Correntes	31.238,00	476.466,48	407.755,44	-	99.949,04		
Despesas de Capital (II)		-	-	-	-		
Investimentos	-	-	-	-	-		
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-		
Amortização da Dívida	-	•	-	-	-		
TOTAL (III) = (I + II)	31.238,00	536.959,92	468.248,88	-	99.949,04		

As Receitas e Despesas Intraorçamentárias não foram consideradas para computo dos valores deste anexo

Município: Sao Joao do Polesine Página: 6 de 6

UF: Estado do Rio Grande do Sul BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período: Exercício de 2016

NOTA EXPLICATIVA:

Nota 1 - Contexto operacional: os dados apresentados compreendemos órgãos da Administração Direta do Município, no que tange à previsão e execução das receitas e despesas orçamentárias, cujo detalhamento atende as especificações da Portaria Interministerial STN/SOF n.º 163/2001 e respectivas alterações. Foram também observados os detalhamentos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado.

Nota 2 - Critério de apropriação: considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício, nos termos do art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64.

Nota 3 - Deduções da Receita Orçamentária: o valor informado na coluna "Receitas Realizadas" apresenta a arrecadação líquida, ou seja, já consideradas as deduções da receita que, no exercício totalizaram: FUNDEB R\$ 1.951,445,38; Por Renúncia R\$ 186.172,78; Por Restituição R\$ 994,57; Por Descontos Concedidos R\$32.667,28.

Nota 4 - Repasses Concedidos: de acordo com o Portaria STN nº 339/2001, os repasses financeiros pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, foram processadas por meio de documentos próprios, sem a emissão de empenho, sendo que os registros contábeis das transferências financeiras concedidas e recebidas serão efetuados em contas contábeis específicas de resultado, que representem as variações passivas e ativas financeiras correspondentes, que no exercício de 2016 se deu no valor de R\$ 531.590,00.

Nota 5 - Utilização do Superávit Financeiro: o valor do Superávit Financeiro apurado no exercício anterior foi de R\$ 219.834,37, utilizado durante o exercício financeiro de 2016 como fonte de abertura para créditos

Nota 6 - Restos a Pagar: as despesas que foram empenhadas e não pagas até o dia 31/12/2016, foram inscritas em Restos a Pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/1964, e escrituradas como restos a pagar processados e não processados. Durante o exercício, foram consideradas despesas orçamentárias incorridas apenas as despesas liquidadas e, no encerramento do exercício, foram considerados somente os saldos de restos a pagar processados, uma vez que o município não possui saldo de restos a pagar não processados. Foram observados, para fins de inscrição, as recomendações da Instrução Normativa nº 18/2015, do Tribunal de Contas do Estado, ainda, os preceitos do artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000.